

BALANÇO 2019
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Contexto Operacional

A Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 03.981.081/0001-46, tendo a sua sede administrativa situada em Campo Grande, na Av. Desembargador José Nunes da Cunha, Parque dos Poderes, Bloco 12.

As atividades operacionais da Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural são amparadas pela Lei Estadual nº 5.310 de 21 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2019.

As demonstrações financeiras deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças (SPF).

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2018, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Base de Preparação

As demonstrações financeiras constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 389, de 14 de junho de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

1- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, e demonstrando o resultado orçamentário.

É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

1.1 DOTAÇÃO ATUALIZADA

A diferença demonstrada entre a "Dotação Inicial" e a "Dotação Atualizada" da despesa, no montante de R\$49.667.710,00, refere-se à:

DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR
Dotação Inicial	102.364.100,00
Dotação Adicional por fonte	60.958.391,00
Alteração da Lei Orçamentaria	-
Cancelamento de Dotações	11.290.681,00
Dotação Adicional por Tipo de Credito	-
Dotação Atualizada	152.031.810,00

1.2-RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi deficitário em R\$ 59.746.686,55 e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período R\$ 10.706.495,20 e a despesa empenhada R\$ 70.453.181,75.

2-BALANÇO FINANCEIRO

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

2.1 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

O Balanço Financeiro Evidencia apenas as Transferências Financeiras. O quadro abaixo demonstra as Transferências Financeiras Recebidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			
	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	60.621.752,23	419.796,52	61.041.548,75
TOTAL	60.621.752,23	419.796,52	61.041.548,75

2.2 RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS

2.2.1 Outros Recebimentos Extra Orçamentários- Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, conforme quadro abaixo:

OUTROS RECEBIMENTOS EXTRORÇAMENTÁRIOS	
CONTA CONTÁBIL-DESCRIÇÃO	VALOR
113110103-Férias Adiantamento	6.863,06
113110203-Adiantamento de Transferências Voluntárias	60.533,63
113110299-Outros Adiantamentos a Pessoal	2.581,69
113230600-Contribuição AO RGPS A Compensar	221.961,24
113810600-Valores Em Trânsito Realizáveis A Curto Prazo	8.239.219,73
113810801-Créd. a Rec. por Reemb. de Sal. Família RGPS	32,80
113810901- Créd. a Rec. por Reemb. de Sal. Maternidade RGPS	7.506,84
113810902-Créditos A Receber Por Reembolso de Salário Maternidade Pago-RPPS	19.654,64
113810903-Créditos a Receber Por Reembolso De SM, SF e Outros Pago - RPPS	76.478,18
TOTAL DE OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	8.634.831,81

2.3 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

O Balanço Financeiro Evidencia apenas as Transferências Financeiras. O quadro abaixo demonstra as Transferências Financeiras Concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		
	Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.450.991,84	4.450.991,84

TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		
TOTAL	4.450.991,84	4.450.991,84

2.4 PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS

2.4.1 Outros Pagamentos Extra Orçamentários- Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentárias (ex. devolução de depósitos); e
- restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

OUTROS PAGAMENTOS EXTRORÇAMENTÁRIOS				
CONTA CONTÁBIL- DESCRIÇÃO				VALOR
113110103-Férias Adiantamento				6.863,06
113110203-Adiantamento de Transferências Voluntárias				29.445,37
113110299-Outros Adiantamentos a Pessoal				0,00
113230600-Contribuição AO RGPS A Compensar				221.961,24
113810600-Valores Em Trânsito Realizáveis A Curto Prazo				8.239.219,73
113810801-Créd. a Rec. por Reemb. de Sal. Família RGPS				32,80
113810901- Créd. a Rec. por Reemb. de Sal. Maternidade RGPS				7.506,84
113810902-Créditos A Receber Por Reembolso de Salário Maternidade Pago-RPPS				19.654,64
113810903-Créditos a Receber Por Reembolso De SM, SF e Outros Pago - RPPS				76.478,18
TOTAL DE OUTROS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			RECEBIMENTOS	8.601.161,86

3-BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

Ativo Circulante

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

As disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual são aplicadas no mercado financeiro em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras “(-) Aplicações financeiras da conta única”. O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo “Aplicações Financeiras”.

Demais Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios.

Rede Bancária – Arrecadação

Compreende o somatório dos recursos referentes a receitas arrecadadas e não recolhidas.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos aplicados no mercado financeiro, os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) são aplicados de acordo com as legislações específicas das concedentes. Conta Poupança saldo 0,00 e na Conta 111111900: Banco do Brasil R\$ 22.720.049,26, Caixa Econômica Federal R\$ 12.119.423,05 e BANSICRED S/A R\$ 0,00,

totalizando R\$34.839.472,31, todas da Contas do tipo D, e também saldo da Conta Única R\$339.703,77 que totaliza saldo em caixa de R\$35.179.176,08.

3.2 ESTOQUE

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades, saldo em 31/12/2019 R\$72.467,33

3.3 VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo.

Assinaturas e anuidades a apropriar- compreende os valores pagos a título de assinaturas e anuidades a apropriar atividades operacionais da entidade, resgatáveis em até 12 (doze) meses da data das demonstrações, R\$616,00, apropriado em janeiro/2020.

Ativo Não Circulante

Compreende o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível.

Realizável A Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

3.4 CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Compreende os valores pagos a título de assinaturas e anuidades a apropriar atividades operacionais da entidade, resgatáveis em até 12 (doze) meses da data das demonstrações.

Empréstimos e Financiamentos concedidos- compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos.

Faturas Duplicatas a Receber- Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorrem no curso normal das operações da entidade (com vencimento após 12 (doze) meses da data das demonstrações), representando um direito a cobrar de seus clientes.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados- Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis após os doze meses seguintes a data de publicação das demonstrações contábeis.

3.5 INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO

Compreende as aplicações de recursos em títulos, valores mobiliários e imobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no longo prazo.

Outros Títulos e Valores Mobiliários- Registra os valores, realizáveis após os 12 (doze) meses seguintes a data da publicação das demonstrações contábeis, de outros títulos e valores mobiliários.

3.6 VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no longo prazo.

Assinaturas e anuidades a apropriar - compreende os valores pagos a título de assinaturas e anuidades a apropriar atividades operacionais da entidade, resgatáveis em após 12 (doze) meses da data das demonstrações.

3.7 INVESTIMENTOS

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS-			
UG	Descrição	Empresas	%
530202	Agraer	8-Centrais de Abastecimento de Mato G do Sul S/A CEASA/MS	100,00

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS-			
UG	Desc.	Empresas	*M.E.P
530202	Agraer	8-Centrais de Abastecimento de Mato G do Sul S/A CEASA/MS	0,00

Fonte: MEP-cálculo conforme Balanço Patrimonial das Empresas-Anexo I, Notas Explicativas *Método de Equivalência Patrimonial

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS-SALDO				
UG	Descrição	Empresa	2019	2018
530202	Agraer	8	725.114,29	725.114,29

3.8 IMOBILIZADO (12300000) R\$111.882.798,37

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os critérios de avaliação patrimonial adotados pelo Estado no âmbito do Poder Executivo são o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares.

Ativos imobilizados ou intangíveis obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial e de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização Patrimonial (Unidade Gestora 550101).

Bens Móveis - Compreende o valor da aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços, em 31/12/2019 R\$108.710.780,71.

Bens Imóveis - Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente, em 31/12/2019 R\$7.682.777,70.

Bens de Terceiros em Poder do Estado – R\$88.857.602,65

(-) Depreciação Acumulada- Bem Móveis - Compreende a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, bens móveis, devido a desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. A depreciação de bens adquiridos e postos em utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal no 162/1998, R\$4.510.760,04.

3.9 INTANGÍVEL – R\$32.224,00

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

3.10 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Pessoal a Pagar - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito.

Benefícios Previdenciários a Pagar - Compreende as obrigações a curto prazo referentes a proventos de aposentadoria, reformas ou pensões aos quais o aposentado, reformado ou pensionista tenha direito, quando pagos em data posterior a qual forem incorridos.

Benefícios Assistenciais a Pagar - Compreende as obrigações a curto prazo relativas aos benefícios assistenciais administrados pela previdência social, quando pagos em data posterior a qual forem incorridos.

Encargos Sociais a Pagar - Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus servidores, empregados e familiares, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

3.11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Fornecedores Não Financiados a Pagar - Valores a pagar não financiados, ou seja, em uma única parcela, aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais da entidade.

Restos a Pagar Anterior ao Exercício de 2015 - Valores a pagar referente a fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais da entidade, de exercícios anteriores a 2015, tendo sido executados no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira –SIAFEM, sistema utilizado anteriormente ao SPF-Sistema de Planejamento e Finanças, utilizado desde 2015.

3.12 OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

PIS/PASEP a Recolher - Valores das obrigações a recolher relativas ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Programa de Formação do Servidor Público (PASEP).

Outros Tributos e Contribuições Estaduais a Recolher - Valores exigíveis a curto prazo devidos pela entidade relativos a multas pagas ao Detran-Departamento Estadual de Transito.

3.13 DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Outros Credores, Entidades e Agentes- Valores devidos a entidades de classe, associações e sindicatos.

Consignações- Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

Depósitos Não Judiciais- Compreende os valores de obrigações, decorrentes de depósitos recebidos, exceto depósitos judiciais.

Indenizações a Servidores- Valor das despesas a serem indenizadas decorrentes de liquidação de pagamentos efetuados com auxílio - alimentação bem como reembolsos de gastos realizados pelos servidores custeados pelo programa de assistência à saúde e benefícios sociais do órgão responsável.

Indenizações e Restituições Diversas do Exercício- Valores relativos as diversas indenizações e restituições no exercício, exceto à servidores.

Indenizações e Restituições Diversas de Exercícios Anteriores- Valores relativos as diversas indenizações e restituições de exercícios anteriores, exceto à servidores.

Diárias a Pagar- Valores relativos as diárias a pagar.

Suprimento de Fundos a Pagar- Valores relativos aos suprimentos de fundos a pagar.

Convênios a Pagar- Valores a pagar retidos a título de convênios.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Pessoal a Pagar - Obrigações a longo prazo referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, quando pagos em data posterior a qual forem incorridos.

Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido compreende a diferença entre o ativo e o passivo.

3.14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

TÍTULOS	31/12/2019	31/12/2018
Resultados Acumulados	56.626.480,12	55.932.908,24
Total do Patrimônio Líquido	56.626.480,12	55.932.908,24

3.14.1 Resultados Acumulados - Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

RESULTADOS ACUMULADOS		
TÍTULOS	31/12/2019	31/12/2018
Superávits de Exercícios Anteriores	55.932.908,24	54.119.536,07
Resultado Patrimonial do Período-DVP	1.959.841,85	3.064.392,04
*Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.266.269,97)	(1.251.019,87)
Resultados Acumulados	56.626.480,12	55.932.908,24

***Ajustes de Exercícios Anteriores**

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2019, substancialmente, em função de:
a) Despesas Empenhadas no Elemento "92-Despesas de Exercícios Anteriores":

São despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.

O art. 37 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, considera-se:

- a. Despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;
- b. Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;
- c. Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente (MCASP-8ª Edição-Parte I-Procedimentos Contábeis Orçamentários).

c) Mudanças de procedimentos Contábeis-

-Regularização de procedimentos contábeis da conta contábil "Convênios a Comprovar" para adequação do PCASP-em que as contas de Convênios a Comprovar, são contas do Grupo 7 e 8- contas de controle.

-Mudança de Procedimentos no registro das contas " Bens de Terceiros em Poder do Estado.

Abaixo, segue o quadro-resumo dos valores registrados em Ajustes de Exercícios Anteriores:

Ajustes de Exercícios Anteriores Decorrentes de:	237110300	Valor
Liquidação no Elemento"92"		1.261.631,47
Total de Ajustes de Exercícios Anteriores		1.261.631,47

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial do período foi de R\$ 1.959.841,85 ante um resultado positivo em 2018 de R\$ 3.064.392,04.

4-DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (Anexo 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

4.1 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

A DVP, demonstra as Transferências Financeiras e Não Financeiras, conforme abaixo:

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	60.646.477,46		60.646.477,46
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		419.796,52	419.796,52
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		6.986.135,00	6.986.135,00
TOTAL	60.646.477,46	7.405.931,52	68.052.408,98

4.2 VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos.

4.2.1 Ganhos com Desincorporação de Passivos- Os registros referentes a Desincorporação de Passivos, referem-se ao Cancelamento de Restos a Pagar, conforme dispõe Seção II- Dos cancelamentos, Decreto N.º 15.324 de 05 de dezembro de 2019.

4.3 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos.

4.3.1 Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Compensação Financeira Entre Regime Geral E RPPS- Compreende as variações patrimoniais aumentativas provenientes da compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição (não concomitante).

Multas Administrativas- Compreende as variações patrimoniais aumentativas provenientes de penalidades pecuniárias decorrentes da inobservância de normas, e com rendimentos destinados a indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação. Representa o resultado das aplicações impostas ao contribuinte faltoso, como sanção legal no campo tributário (impostos, taxas e contribuição de melhoria) e não-tributário (contribuições sociais e econômicas, patrimoniais, industriais, serviços e diversas) e de natureza administrativa, por infrações a regulamentos.

Indenização por Danos ao Patrimônio Público- Variação patrimonial aumentativa proveniente de indenizações por danos causados ao patrimônio público.

Outras Indenizações e Restituições- Demais indenizações e restituições, inclusive devolução de saldo de convênio. R\$40.642,70

Outras Receitas- Compreende o valor correspondente da rubrica de receitas orçamentárias "19909900", R\$40.642,70

Retorno De Material De Consumo Para Estoque- Devolução de material para o Estoque em razão de não ser consumido no mês.

4.4 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.450.991,84		4.450.991,84
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	45.000,00		45.000,00
TOTAL	4.495.991,84	0,00	4.495.991,84

5-DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

5.1 Receita Orçamentária Arrecadada

VALORES NO FLUXO DE CAIXA -INGRESSOS

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA	
INGRESSOS	VALOR
5.1.1 Receitas derivadas e Originárias	3.720.360,20
5.1.2 Transferências Correntes Recebidas	0,00
5.1.6 Transferências de Capital Recebidas	0,00
TOTAL	3.720.360,20

Campo Grande, 10 de março de 2020

Leonir Maria Leite Pereira de Souza
CRC MS-001647/0-7